

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****1. INTRODUÇÃO**

Este estudo faz parte do planejamento do processo licitatório descrito a seguir, com o objetivo de assegurar a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

Com o aumento da população idosa e de pacientes com condições crônicas que comprometem a capacidade de ingestão alimentar normal, há uma necessidade constante e crescente de produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar.

O fornecimento desses produtos é essencial para a melhora da qualidade de vida dos pacientes, auxiliando na recuperação, manutenção do estado nutricional e prevenção de complicações relacionadas à desnutrição.

Segundo o Manual de Terapia Nutricional na Atenção Especializada, do Ministério da Saúde, diversos estudos indicam que pacientes mal nutridos apresentam maiores taxas de internação prolongada, desnutrição e complicações, resultando em um aumento significativo dos custos hospitalares e uma maior utilização dos recursos públicos. Portanto, a melhor maneira de reduzir os gastos dos recursos públicos é a prevenção e a implementação precoce da terapia nutricional, assegurando que o indivíduo recupere seu estado nutricional de forma mais rápida e eficiente.

No Brasil, não há uma legislação nacional no SUS que determine o fornecimento de dieta enteral industrializada para pacientes domiciliados/acamados e outros que necessitem de suplementação. Cada município define como irá fornecer esses produtos. Em Dois Vizinhos, a Lei Municipal 2029/2015 regulamenta o fornecimento de produtos necessários para garantir a saúde e o bem-estar dos pacientes que se enquadram nos critérios estabelecidos. A lei estabelece que "os valores de volume e refeições devem ser pré-definidos pelo médico pediatra e/ou nutricionista do SUS, no momento da avaliação para indicação da fórmula correta, e serão subsidiados pela Secretaria Municipal de Saúde no percentual de 50% do recomendado ou de acordo com a possibilidade orçamentária do Município, considerando o Princípio da Reserva do Possível."

A implementação desta aquisição não apenas atende a uma necessidade imediata e crescente, mas também se alinha aos princípios de eficiência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos, promovendo a saúde e o bem-estar da população de Dois Vizinhos.

Além disso, conforme Processos Judiciais anexos ao processo a aquisição de produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar para atender às demandas de pacientes de Dois Vizinhos é essencial para garantir que os direitos de saúde e bem-estar dessas pessoas sejam respeitados.

Essa necessidade decorre de ações judiciais movidas no Ministério Público, onde pacientes ou seus representantes legais solicitam o fornecimento desses produtos como parte do tratamento médico indispensável para a manutenção ou melhora de suas condições de saúde.

A nutrição enteral é fundamental para pacientes que não conseguem se alimentar de forma convencional, seja por dificuldades de deglutição, condições pós-cirúrgicas ou doenças crônicas. Já a suplementação alimentar é necessária para aqueles que, mesmo podendo se alimentar normalmente, precisam de complementos



nutricionais para alcançar os requisitos diários de nutrientes devido a condições médicas específicas.

Atender a essas demandas judiciais é uma forma de assegurar que o sistema de saúde esteja cumprindo seu papel de fornecer o tratamento adequado e completo para cada paciente, conforme prescrição médica.

Além disso, essa aquisição visa evitar complicações de saúde decorrentes da falta desses produtos, promovendo a recuperação e a manutenção da qualidade de vida dos pacientes.

Portanto, a aquisição desses produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar, conforme solicitado em processos judiciais, é uma medida imprescindível para garantir o acesso a um tratamento de saúde integral e humanizado para os pacientes de Dois Vizinhos, conforme determinado pelo Ministério Público.

3. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I). ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024;
- II). Data de publicação no PNCP: 24/01/2024;
- III). Id do item no PCA: 181 a 190;
- IV). Classe/Grupo: 8940 - ALIMENTOS ESPECIAIS DIETÉTICOS E PREPARADOS ALIMENTÍCIOS;
- V). Identificador da Futura Contratação: 987541-97/2024

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação;
 - a. Justificativa: O atestado de capacidade técnica comprova que o fornecedor possui experiência e competência na execução de serviços semelhantes ao objeto desta licitação. Isso garante que o fornecedor tem um histórico comprovado de fornecer produtos de qualidade e que pode atender às especificações técnicas necessárias, minimizando riscos de falhas ou problemas durante a execução do contrato.
- b) O fornecedor deve contar com um responsável técnico capaz de fornecer suporte técnico e consultoria (podendo o responsável técnico ser nutricionista, engenheiro de alimentos ou outro profissional qualificado), devendo apresentar registro de pessoa física no Conselho de Classe competente.
 - a. Justificativa: A presença de um responsável técnico qualificado (nutricionista, engenheiro de alimentos ou outro profissional relevante) é essencial para fornecer suporte técnico e consultoria durante a execução do contrato. Este profissional deve estar registrado no Conselho de Classe competente, garantindo que possui a qualificação necessária para assegurar que os produtos atendam aos requisitos nutricionais e de segurança alimentar. Esse suporte técnico é fundamental para resolver dúvidas e problemas que possam surgir, garantindo a correta utilização dos produtos.
- c) Comprovação de que o licitante possui vínculo profissional, na data de abertura desta licitação, com o Profissional indicado. (Se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante, quando se tratar



de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio, se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de serviços regido pela legislação comum).

- a. Justificativa: A comprovação de que o profissional indicado possui vínculo formal com a empresa licitante na data de abertura da licitação é necessária para garantir que o suporte técnico será contínuo e disponível durante toda a execução do contrato. Essa medida previne que o fornecedor indique um responsável técnico sem vínculo real com a empresa, assegurando o compromisso e a responsabilidade deste profissional com o serviço prestado.
- d) Alvará ou Licença sanitária da sede do fornecedor, em plena validade.
 - a. Justificativa: O alvará ou licença sanitária em plena validade é necessário para garantir que a sede do fornecedor cumpre com todas as normas e regulamentos sanitários vigentes. Este documento é crucial para assegurar que os produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar sejam armazenados, manuseados e distribuídos de acordo com as práticas sanitárias apropriadas, garantindo a segurança dos pacientes que irão utilizá-los.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

As dietas relacionadas e suas estimativas foram baseadas no levantamento das necessidades da Secretaria, considerando situações programadas e a previsão de disponibilidade para enfrentar situações não programadas que exijam pronto atendimento. A secretaria fundamentou seu quantitativo no controle de consumo dos últimos 12 meses, levando em conta o ingresso de novos pacientes. Esta análise detalhada permitiu identificar padrões de utilização e necessidades específicas, garantindo uma estimativa precisa e alinhada às reais demandas dos pacientes. Para os itens provenientes de decisão judicial foi estimada a quantidade conforme decisão nos processos.

6. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Diante das necessidades identificadas neste estudo, a solução requer a contratação de uma empresa especializada, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades, por meio da consulta a diversos editais, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem melhor atender às necessidades da municipalidade.

Não foram observadas variações significativas na execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a ser contratada. Portanto, a variação está na modalidade de licitação aplicada a cada caso, conforme a permissibilidade normativa. A aquisição desses itens deve ser baseada em uma análise cuidadosa das necessidades da secretaria, considerando fatores como custo, segurança, eficiência e confiabilidade do fornecedor.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

Para a estimativa preliminar de preços, foram considerados valores referenciais de contratações anteriores realizadas pelo Município e valores obtidos através de uma



breve pesquisa de mercado. Com base nisso, o valor estimado ficou em torno de R\$ 651.403,40 (seiscentos e cinquenta e um mil quatrocentos e três reais e quarenta centavos) para o período de 12 meses de atendimento. Ressalta-se que esta estimativa é preliminar e tem como objetivo facilitar a seleção da melhor solução para a contratação, bem como avaliar sua viabilidade.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução proposta envolve a aquisição de dietas especiais para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. A realização de uma licitação é indispensável, pois é a única solução viável para este caso, considerando que este objeto já é licitado anualmente pelo Município. Esta abordagem não só garante a transparência e a legalidade do processo de aquisição, mas também assegura que as dietas especiais sejam obtidas com a melhor relação custo-benefício, atendendo adequadamente às demandas nutricionais dos pacientes sob os cuidados da Secretaria.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Conforme as disposições da alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/21, o planejamento da compra deve, em regra, atender ao princípio do parcelamento, sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Isso visa ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala. Considerando as especificidades do presente objeto, a demanda será parcelada, em itens, com o objetivo de otimizar o aproveitamento do mercado e ampliar a competitividade, uma vez que possibilita a participação de mais empresas na disputa eletrônica, o não parcelamento nessa contratação diminuiria a competitividade, uma vez que só poderiam participar empresas que possuem todos os itens de fornecimento, e que dada a natureza do objeto não é uma alternativa necessária.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da Lei 14.133/2021)

Pretende-se contratar os itens descritos neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) pelo menor preço possível, respeitando o limite do preço unitário máximo estimado. A contratação deve atender às especificações, qualidade e exigências detalhadas no Termo de Referência, garantindo assim a continuidade do fornecimento de insumos imprescindíveis para a realização dos atendimentos no município. É crucial que esses insumos sejam adquiridos de maneira eficiente e econômica para assegurar a manutenção dos serviços de saúde oferecidos à população, evitando qualquer interrupção que possa comprometer a qualidade e a eficácia dos atendimentos. Além disso a contratação pretende atender as demandas de processos judiciais.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021)

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

de execução contratual. Devido à natureza do objeto não será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Andrea Regina Pellin Cagnini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Gilmara Rompkovski Camargo
Suplentes:	Karen Cardoso Ubiali.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

No caso específico da aquisição de produtos de nutrição enteral e suplementação alimentar, há uma conexão direta com um Documento de Formalização de Demanda (DFD) anterior, que aborda a compra de materiais médico-hospitalares, incluindo equipos e bombas de infusão. Essa interligação é essencial para garantir a continuidade e a eficácia dos tratamentos, assegurando que os pacientes recebam uma assistência completa e integrada.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

14. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da Lei 14.133/2021)

Dada a necessidade de contratação de empresas especializadas no fornecimento de dietas especiais para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, justifica-se a abertura do presente procedimento licitatório. Esta medida é essencial para manter os trabalhos administrativos e operacionais rotineiros dos setores, assegurando que os serviços públicos sejam prestados em níveis aceitáveis de funcionamento. O objetivo é garantir o cumprimento da finalidade da Secretaria com eficiência, continuidade e economia.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com fornecimento de bens por MENOR PREÇO POR ITEM, com aquisição imediata. Os materiais serão fornecidos de forma fracionada de acordo com as demandas da Secretaria Municipal de Saúde e a entrega seja realizada diretamente nas dependências da contratante. Os bens se caracterizam como comuns e de fornecimento continuado.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- Modalidade de licitação: Pregão.
- Critério de julgamento: menor preço.
- Modo de disputa: O modo de disputa será aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Justificativa de exigências de qualificação técnica feita junto ao item 4 deste ETP, demais informações não se aplicam a essa contratação.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Risco de Qualidade dos Produtos			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano:			
Produtos fornecidos não atendem aos padrões de qualidade e segurança.			
Ação Preventiva		Responsável	
Exigir certificados de qualidade e conformidade.		Área requisitante	
Ação de Contingência		Responsável	
Substituir imediatamente os produtos defeituosos. Acionar fornecedores alternativos previamente qualificados.		Área requisitante	
RISCO 2			
Descrever aqui o risco: Risco de Interrupção na Cadeia de Suprimentos.			
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Interrupções na cadeia de suprimentos devido a problemas logísticos, desastres naturais ou outras emergências.			
Ação Preventiva		Responsável	



Desenvolver planos de contingência com fornecedores alternativos. Manter estoques de segurança para períodos críticos.	Área requisitante
Ação de Contingência	Responsável
Utilizar estoques de segurança.	Área requisitante
RISCO 3	
Descrever aqui o risco: Risco de Problemas de Transporte e Armazenamento	
Probabilidade:	() Baixa (x) Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta
Dano	
Condições inadequadas de transporte e armazenamento comprometem a qualidade dos produtos.	
Ação Preventiva	Responsável
Especificar condições rigorosas de transporte e armazenamento no contrato. Realizar inspeções regulares das instalações de armazenamento e transporte.	Área requisitante e Departamento de Licitações
Ação de Contingência	Responsável
Rejeitar lotes comprometidos e solicitar substituição. Implementar processos de melhoria nas condições de transporte e armazenamento.	Área requisitante
RISCO 4	
Descrever aqui o risco: Desconhecimento dos termos da contratação.	
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa (x) Média () Alta
Dano:	
Deficiência na entrega dos produtos . Prejuízos financeiros a Administração.	
Ação Preventiva	Responsável
Orientação para a correta condução da aplicação dos termos contratuais; Tempo e preparo dos fiscais e gestor do contrato	Gestor de Contratos Fiscais dos Contratos
Ação de Contingência	Responsável
Estabelecer rotinas para conhecer detalhadamente o contrato; capacitar os servidores envolvidos na gestão/fiscalização;	Gestor de Contratos Fiscais dos Contratos

19. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

As informações contidas no presente Estudo Preliminar ASSUMEM CARÁTER ABERTO, portanto, deverão ter acesso público.

Dois Vizinhos, 31 de julho de 2024.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Área requisitante

Matrícula Funcional 17949-1

ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI

Agente Administrativo

Responsável pela Elaboração do ETP

Matrícula Funcional 19203-1